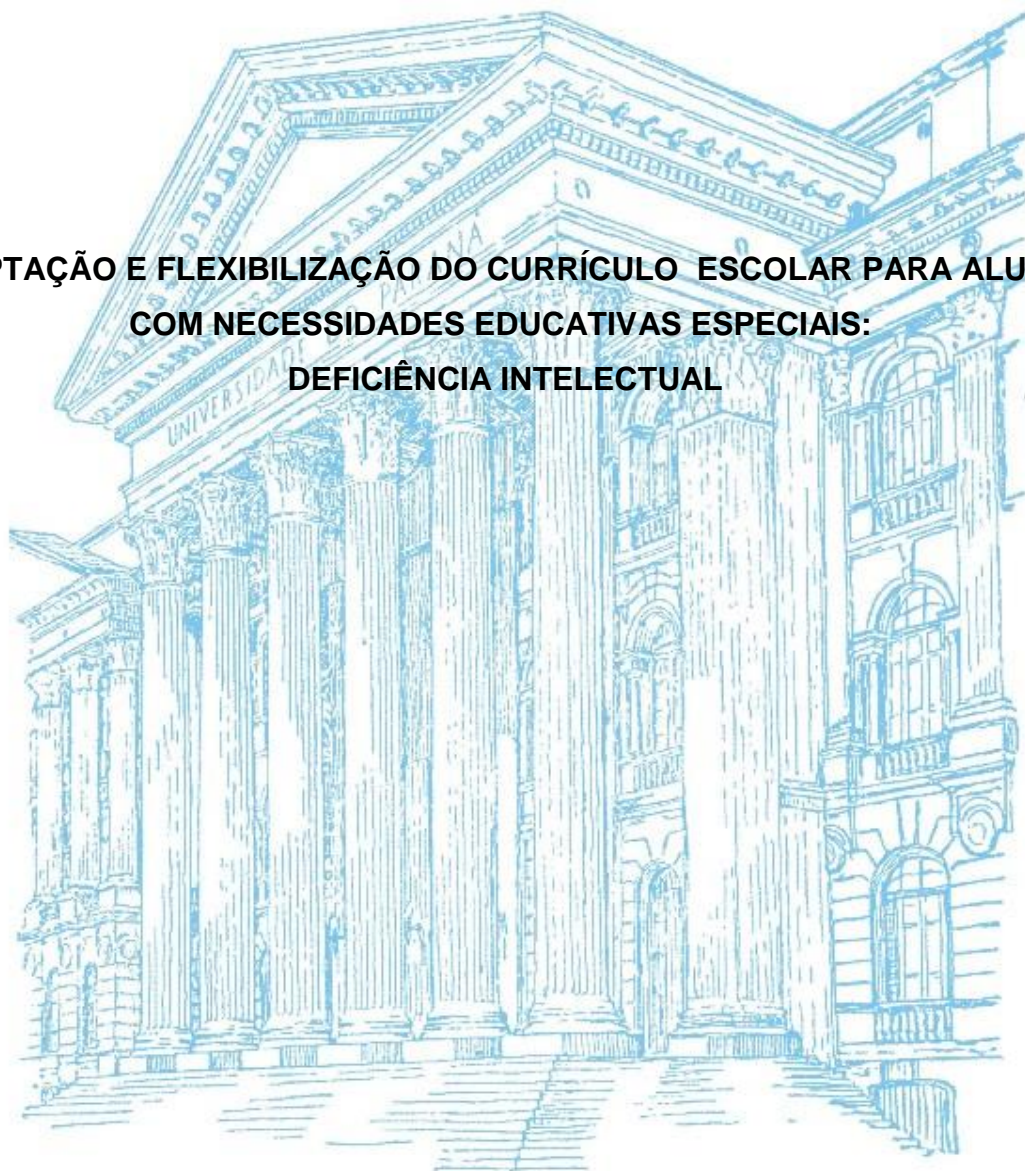


**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA**

**VERA LÚCIA BALLAN**

**ADAPTAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO DO CURRÍCULO ESCOLAR PARA ALUNOS  
COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS:  
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**



**CURITIBA**

**2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA**

**VERA LÚCIA BALLAN**



**ADAPTAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO DO CURRÍCULO ESCOLAR PARA ALUNOS  
COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS:  
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Adriana Teles de Souza

**CURITIBA**

**2014**

# **ADAPTAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO DO CURRÍCULO ESCOLAR PARA ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

Autora: Ballan, Vera Lúcia <sup>1</sup>

Orientadora: Souza, Adriana Teles de <sup>2</sup>

## **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo estudar a flexibilização e adaptação curricular para o aluno com deficiência intelectual baseando-se nas legislações vigentes da adaptação curricular que é amparada pela Lei de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial (2001). E fazer um estudo sobre adaptação curricular para o aluno com deficiência intelectual observando o não empobrecimento da aprendizagem deste alunado é um desafio e conseqüentemente uma das formas de garantir a aprendizagem de qualidade, ou seja, com avaliação adequada, respeitando o ritmo e as diferentes formas de aprender. O estudo sobre a adaptação e flexibilização escolar foi realizado em uma escola municipal e abrangeu os aspectos teórico, empírico e o de análise. Coletaram-se dados de cinco alunos inclusos no ensino Regular e foram realizadas entrevistas com as professoras a fim de obter informações sobre qual adaptação é realizada, de acordo com o que foi oportunizado a ele pelo professor especializado e também pelo parecer psicológico do aluno.

**PALAVRAS-CHAVE:** Aluno, Inclusão, Currículo, Flexibilização.

## **INTRODUÇÃO**

A educação enfrenta alguns problemas quanto à inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, visto que ela tem como objetivo educar todas as crianças em um mesmo contexto escolar. A educação inclusiva compreende várias categorias, entre elas quilombolas e indígenas. Porém, este objeto de estudo abordará a educação especial dentro da escola regular e sendo assim viabilizará recursos para que haja processos de aprendizagem, que elevem a qualidade dos

---

<sup>1</sup> Vera Lúcia Ballan – professora, formada em Pedagogia. Especialista em Educação Especial e Psicopedagogia Clínica e Institucional. Aluna do Curso de Pós-Graduação em Coordenação Pedagógica da UFPR.

<sup>2</sup> Mestra em Educação e Professora pesquisadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

conteúdos propostos para que esta modalidade de ensino requeira a qualificação dos profissionais envolvidos diretamente com o alunado com necessidades educacionais especiais incluídos no ensino regular. Deste modo, fomentando a qualidade no ensino a inclusão das diferenças não seria mais vista como problemas, mas como diversidade.

Sendo a educação um direito de todos, deve ser proporcionado o pleno desenvolvimento do aluno, através de uma atitude educativa específica e com a utilização de recursos e apoios especializados que propiciem a garantia e a aprendizagem de todos os alunos inclusos.

Se utilizarmos o planejamento curricular juntamente com a formação de professores, podemos possibilitar uma metodologia adequada a qual propicie a aprendizagem para todos e principalmente aos alunos com necessidades educacionais especiais – deficiente intelectual.

Assim, o objetivo deste artigo é estudar sobre a flexibilização e adaptação curricular para o aluno com deficiência intelectual. Para isso buscou-se através de leituras bibliográficas, de dados empíricos e análises dos dados, elementos para a construção de um currículo inclusivo, visando o que, como e quando ensinar e também o que, como e quando avaliar, identificando quais adaptações são necessárias para o aluno com deficiência intelectual de acordo com as suas especificidades e para que realmente sejam respeitadas suas singularidades. O objeto deste estudo são alunos com necessidades educacionais especiais – deficiência intelectual, no nível moderado de uma escola municipal na cidade de Mandaguari, Paraná, Brasil.

Esta escola municipal enfrenta alguns problemas quanto à inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais e principalmente na questão da adaptação curricular. O presente estudo que, como já citado, abrangeu aspectos teóricos, empíricos e de análise, se efetivou através da coleta de dados por meio de entrevista estruturada com professoras e cinco alunos, dos quais dois estão matriculados no 4º Ano e três no 5º Ano, todos oriundos da classe especial, com deficiência intelectual e classificado para o Ensino Regular.

Em seguida à coleta de dados, foi feita análise a fim de identificar como e quais adaptações foram feitas para o aluno com necessidades educacionais especiais.

## 1. ESTUDOS SOBRE FLEXIBILIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO CURRICULAR

O equilíbrio entre qualidade na educação e inclusão, nos dias atuais, pode parecer não ser mais um problema, porém, o que vemos é que ainda há bastante dificuldade em proporcionar aos alunos com necessidades especiais<sup>3</sup>, uma formação adequada, através da utilização de recursos, metodologias e estratégias necessárias, para que tenha sucesso e progresso acadêmico e se desenvolva ao máximo em termos pessoais e sociais.

É necessário ter coragem e humildade para fomentar políticas públicas que se comprometam na revisão e na organização pedagógica e deste modo abandonar linhas tradicionais de ensino que mantêm as aparências de práticas metodológicas ditas tradicionais, onde atribui muitas vezes ao aluno a responsabilidade pelo seu fracasso escolar.

Em primeiro lugar, reconhecer os educandos como sujeitos do direito à formação plena nos obriga a recuperar dimensões da docência e dos currículos soterradas sob o tecnicismo, o positivismo e o pragmatismo que dominaram por décadas o campo do ensino. Obriga-nos à repensar o ensinar e situá-lo no campo mais fecundo do direito à educação e a formação plena; a indagar-nos pelas dimensões a serem formadas para garantir direito à plena formação das crianças e adolescentes, jovens ou adultos com quem trabalhamos. Vê-los em sua totalidade humana, como sujeitos cognitivos, éticos, estéticos, corpóreos, sociais, políticos, culturais, de memória, sentimento, emoção, identidade diversos... Vê-los não recortados nessas dimensões, mas em sua totalidade humana. (GONZÁLES ARROYO, 2008 p. 41)

Ao repensar na concepção plena dos alunos, se faz necessária a formação adequada do educador, que entenda as múltiplas dimensões da formação e dos processos complexos do ser humano. O currículo para a formação humana “*precisa*

---

<sup>3</sup> O termo **alunos com necessidades especiais** foi a partir do Plano Nacional de Educação para Todos (1990), da Política Nacional de Educação Especial (1994) e, especificamente, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, Capítulo V (Artigos 58, 59 e 60) que fez referências à Educação Especial, apontado novos caminhos para essa modalidade de ensino. Nesse conjunto de fundamentos político-legais, inúmeros aspectos conceituais ganharam nova significação como as Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a construção de currículos inclusivos (2006), expõe que o primeiro aspecto foi a redefinição do alunado da Educação Especial, apontando-se os alunos com necessidades especiais como o público-alvo a que se destina essa modalidade de educação.

*ser situado historicamente, uma vez que os instrumentos culturais que são utilizados na mediação do desenvolvimento e na dinâmica das funções psicológicas se modificam com o avanço tecnológico e científico.”* (LIMA, 2008, p. 20).

Desta forma para a formação do alunado com deficiência intelectual é primordial pensar no currículo como formação humana e ao pensar na inclusão em todos os âmbitos é priorizar o acesso aos bens culturais do conhecimento que estão a serviço da diversidade.

Entendemos diversidade na concepção de que ela é a norma da espécie humana: seres humanos são diversos em suas experiências culturais, são únicos em suas personalidades e são diversos em suas formas de perceber o mundo. Seres humanos apresentam, também, diversidade biológica. Algumas delas provocam impedimentos de natureza distinta no processo de desenvolvimento das pessoas, a comumente chamada de **“portadoras de necessidades especiais”** (grifo meu). (LIMA, 2008, p. 20)

Acolher no ensino regular os alunos com necessidades educacionais especiais somente para cumprir determinações legais é uma forma de adotar um quadro de exclusão e conseqüentemente as escolas, sem saídas promovem ou classificam este alunado para séries seguintes, sem o devido desenvolvimento para tal processo, sem ter uma formação adequada. Por isso a importância de se estudar, entender, pesquisar e abrir o leque ao que diz respeito aos alunos com necessidades especiais de aprendizagem que são inseridos no ensino regular.

É necessário mudar este quadro através de estudos voltados para a reformulação das políticas públicas, como na Resolução nº 02 do Conselho Nacional da Educação – Diretrizes Nacionais da Educação Especial, Art. 3º, destaca que a educação especial, modalidade da educação escolar, *“entende-se um processo educacional definindo uma proposta pedagógica, que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar e suplementar [...]”*, (CONSELHO NACIONAL DA EDUCAÇÃO, 2003, p.1), a fim de superar metodologias obsoletas e políticas públicas ineficazes e assim promover a qualidade dos conteúdos direcionais para flexibilizar a organização escolar através das adaptações curriculares. Entretanto, não se pode confundir flexibilização com facilitação e complacência, que rebaixam a qualidade do ensino.

Neste sentido, é importante ressaltar sobre a questão curricular, onde não pode ser confundido com modismo,

A incorporação da diversidade no currículo deve ser entendida não como uma ilustração ou modismo. Antes, deve ser compreendida no campo político e tenso no qual as diferenças são produzidas, portanto, deve ser vista como um direito. Um direito garantido a todos e não somente àqueles que são considerados diferentes. Se a convivência com a diferença já é salutar para a reeducação do nosso olhar, dos nossos sentidos, da nossa visão de mundo, quanto mais o aprendizado do imperativo ético que esse processo nos traz. Conviver com a diferença (e com os diferentes) é construir relações que se pautem no respeito, na igualdade social, na igualdade de oportunidades e no exercício de uma prática e postura democráticas. (GOMES, 2007, p. 30)

A educação escolar está diante de um desafio, onde procura encontrar soluções que buscam a permanência e o acesso dos alunos inclusos nas instituições educacionais. Ela tem como objetivo promover o desenvolvimento de capacidades e da apropriação de conteúdos da cultura, que são necessários a todos os alunos para que sejam membros ativos no âmbito sociocultural.

Desta forma as escolas públicas devem buscar e adotar ações para promover mudanças na organização pedagógica, de maneira a reconhecer e valorizar as diferenças, sem discriminar os alunos nem segregá-los. *“E assumir a diversidade é posicionar-se contra as diversas formas de dominação, exclusão e discriminação. É entender a educação como um direito social e o respeito à diversidade no interior de um campo político”*. (GOMES, 2007, p. 41).

Identifica-se que para atingir o objetivo, a escola deve buscar o equilíbrio dentro do processo pedagógico, ou seja,

Para atingir o objetivo indicado, a escola deve conseguir o difícil equilíbrio de oferecer uma resposta educativa, tanto compreensiva quanto diversificada, proporcionando uma cultura comum a todos os alunos, que evite a discriminação e a desigualdade de oportunidades e, ao mesmo tempo, que respeite suas características e suas necessidades individuais. (COLL, 2004, p. 290)

Assim, o ambiente escolar deve ser um espaço de socialização, de aprendizagem e de transformação. Nele há elaboração do Projeto Político Pedagógico, juntamente com a Proposta Pedagógica e o Currículo Escolar, tendo este o currículo formal, que é exposto pela Lei de Diretrizes e Bases, o informal, que se refere às atividades estruturadas ou não, como visitas de estudo, atividades esportivas, cívicas, culturais e o oculto, que são as manifestações do ambiente escolar que muitas vezes não estão registradas formalmente.

É através do currículo que a educação se define, pois ele é o conjunto de experiências educativas que a escola propicia através de oportunidades de aprendizagem dos alunos,

O currículo é, em outras palavras, o coração da escola, o espaço central em que todos atuamos, o que nos torna, nos diferentes níveis do processo educacional, responsáveis por sua elaboração. O papel do educador no processo curricular é, assim, fundamental. Ele é um dos grandes artífices, queira ou não, da construção dos currículos que se materializam nas escolas e nas salas de aula. Daí a necessidade constantes discussões e reflexões, na escola, sobre o currículo, tanto o currículo formalmente planejado e desenvolvido quanto o currículo oculto. (MOREIRA, 2008, p. 19)

Desta forma o currículo é uma construção social, vinculado ao momento histórico e também ao processo cultural. Ele reflete a concepção de mundo, de sociedade, de educação e implica relações de poder, mas o objetivo é a ação educativa, baseada nos processos, atividades e nos resultados que ocorrem na escola. No currículo se enfatiza principalmente o processo formativo em consonância com o conjunto de ações pedagógicas. Sendo assim,

O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada às formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação. (MOREIRA, 2008, p. 8)

Para tanto, também se enfatiza sobre a diversidade na construção histórica, social e cultural, que está ligada nas relações de poder, isto é,

A diversidade é muito mais do que o conjunto das diferenças. Ao entrarmos nesse campo, estamos lidando com a construção histórica, social e cultural das diferenças a qual está ligada às relações de poder, aos processos de colonização e dominação. Portanto, ao falarmos sobre a diversidade (biológica e cultural) não podemos desconsiderar a construção das identidades, o contexto das desigualdades e das lutas sociais. (GOMES, 2007, p. 41)

Assim o currículo enuncia objetivos que deve levar em consideração as capacidades gerais da educação, visando à construção histórica, social e cultural, respeitando a diversidade com o propósito de transcender a noção de inteligência como supostamente fixo de aptidões e a deficiência mental como déficit e de limitação, ressaltando o desenvolvimento dinâmico das capacidades e o impulso que a educação pode e deve proporcionar ao desenvolvimento dos alunos. (COLL,

2004). Neste sentido ressalta que os alunos com necessidades educacionais especiais, diagnosticados com deficiência intelectual, apresentam dificuldade em aprender no sentido geral, desta forma necessitam de adequação do currículo conforme a sua especificidade.

As adaptações curriculares no âmbito do Projeto Pedagógico devem focalizar principalmente a organização escolar e a disponibilização de serviços de apoio. Eles devem propiciar as condições para que as demais adaptações que se façam necessárias para atender as necessidades especiais de alunos possam também ser implementadas. (ARANHA, 2005, p. 10)

Portanto as adaptações curriculares podem ser de grande e de pequeno porte. As de grande porte são de responsabilidade da instância política-administrativa, ou seja,

- a criação de condições físicas, ambientais e materiais para o aluno[...]
- a adaptação do ambiente físico escolar;
- a aquisição do mobiliário específico necessário;
- a aquisição dos equipamentos e recursos materiais específicos;
- a adaptação de materiais de uso comum em sala de aula;
- a capacitação continuada dos professores e demais profissionais[...]
- a efetivação de ações que garantam interdisciplinaridade e a trans-setorialidade. (ARANHA, 2005, p.14)

Através de uma reflexão dos eixos organizadores<sup>4</sup> do currículo e de acordo com os princípios inclusivos que pautam sobre a valorização e respeito dos alunos no processo educativo, no sentido da elaboração da proposta pedagógica, ressaltam as adaptações curriculares de pequeno porte, que propõem a definição do que ensinar, para que ensinar e como ensinar, onde prioriza a aprendizagem de qualidade aos alunos.

Partindo-se da necessidade de identificar ações que precisam ser planejadas e realizadas pela escola a fim de colocar em prática um currículo que viabilize as necessidades dos alunos, respeitando as suas singularidades. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), defende a flexibilização dos currículos para que os mesmos possam atender de forma direcionada aos alunos que a necessitam. Pois a flexibilização e ou adaptação não poderá constituir de

---

<sup>4</sup> Eixos organizadores são compostos segundo o Ministério da Educação (MEC) do seguinte modo: Currículo e Desenvolvimento Humano; Educandos e Educadores: seus Direitos e o Currículo; Currículo, Conhecimento e Cultura; Diversidade e Currículo; Currículo e Avaliação (MEC, 2008).

forma paralela, segregada e excludente. Conforme Paulon, *“As flexibilizações curriculares são fundamentais no processo de inclusão educativa. Porém, é necessário pensá-las a partir do grupo de alunos e a diversidade que o compõe e não para alguns tomados isoladamente.”* (2005, p. 10)

Portanto as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Especial elencam que o sistema educacional deve ofertar ao aluno com necessidade educacional especial a adaptação necessária e ter sempre como referencial que *“não é o aluno que se amolda ou se adapta à escola, mas é ela que, conscientemente de sua função, coloca-se à disposição do aluno, tornando-se um espaço inclusivo”*. (2001, p. 29)

As práticas das adaptações curriculares que correspondem às necessidades educacionais especiais e poderão consistir na adaptação dos objetivos educativos, na eliminação ou inclusão de determinados conteúdos, na modificação dos critérios avaliativos e sempre com o objetivo principal que os alunos atinjam as capacidades gerais próprias da etapa, de acordo com suas possibilidades.

Se entendermos que os estudantes aprendem de variadas formas, em tempos nem sempre tão homogêneos, a partir de diferentes vivências pessoais e experiências anteriores e, junto a isso, se entendermos que o papel da escola deva ser o de incluir, de promover crescimento, de desenvolver possibilidades para que os sujeitos realizem aprendizagens vida afora, de socializar experiências, de perpetuar e construir cultura, devemos entender a avaliação como promotora desses princípios, portanto, seu papel não deve ser o de classificar e selecionar os estudantes, mas sim o de auxiliar professores e estudantes a compreenderem de forma mais organizada seus processos de ensinar e aprender. (FERNANDES, 2008, p. 21)

Assim quando se é priorizado as formas e os tempos de aprender do nosso alunado, com adaptações curriculares que visam promover possibilidades na aprendizagem e também tendo um novo olhar na avaliação, como um auxílio para se compreender os processos da construção do conhecimento, isto deve estar garantido dentro do Projeto Político Pedagógico da instituição.

O Projeto Político Pedagógico é onde estão as propostas da ação concreta que a escola irá executar durante um determinado período de tempo, sendo político, pois a escola é um espaço de formação dos cidadãos conscientes e críticos que atuarão na sociedade modificando o meio conforme a necessidade, pedagógico porque define e organiza atividades e os projetos educativos necessários para a construção do processo de ensino e aprendizagem. Nele a escola irá definir a

prática escolar, orientar a operacionalização do currículo a fim de promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos e também dos com necessidades educativas especiais, considerando alguns aspectos que o caderno Saberes e Práticas da Inclusão destaca,

- a atitude favorável da escola para diversificar e flexibilizar o processo de ensino-aprendizagem, de modo a atender as diferenças individuais dos alunos;
- a identificação das necessidades educacionais especiais para justificar a priorização de recursos e meios favoráveis à sua educação;
- a adoção de currículos abertos e propostas curriculares diversificadas, em lugar de uma concepção uniforme e homogeneizadora de currículo;
- a flexibilização quanto a organização, e ao funcionamento da escola, para atender à demanda diversificada dos alunos;
- a possibilidade de incluir professores especializados, serviços de apoio e outros, não convencionais, para favorecer o processo educacional; (MEC, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2006, p. 60)

Nesta citação que o Caderno Saberes e Práticas da Inclusão enfatiza a adequação e a viabilização curricular de forma dinâmica para os alunos com necessidades, através da flexibilização de currículos abertos e diversificados, mediados por professores especializados onde a prática educacional possa atender e propiciar os progressos educacionais.

As adaptações curriculares constituem possibilidades educacionais aos alunos com necessidades especiais, pois atuam nas dificuldades de aprendizagem, proporcionando um currículo apropriado às peculiaridades dos alunos, tornando-o dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda e propicie a participação integral em um ambiente rico de oportunidades educacionais, obtendo assim resultados favoráveis.

[...] A cultura comum do currículo obrigatório é mais um objetivo de chegada, por quê, frente a qualquer proposta, as probabilidades dos alunos procedentes de meios sociais diversos para aprender e obter êxito acadêmico são diferentes. Daí que o currículo comum para todos não seja suficiente se não se consideram as oportunidades desiguais frente ao mesmo e as adaptações metodológicas que deverão se produzir para favorecer a igualdade, sempre sob o prisma de que a escola, por si só, não pode superar as diferenças sociais. (SACRISTÁN, 2000, p.61- 62)

Desta forma, as flexibilizações curriculares são fundamentais no processo de inclusão, pois quando adequadas não trarão empobrecimento ou prejuízo acadêmico e sim ao contrário, as modificações realizadas ajudarão a alcançar ao

máximo as potencialidades em suas realizações educacionais. De acordo com as políticas públicas onde está ancorado o princípio da educação inclusiva e conseqüentemente a flexibilização e adaptação curricular, os alunos com deficiência intelectual estão inseridos no ensino regular e cabe à escola romper com práticas tradicionais e discriminatórias, com currículos homogêneos e conteudistas, avaliações classificatórias e ações pedagógicas convencionais.

As barreiras que o aluno com deficiência intelectual enfrenta não são as mesmas encontradas por outras deficiências, como os que necessitam do braile, ou os que necessitam de Libras. Os alunos com deficiência intelectual enfrentam barreiras pedagógicas na construção do conhecimento, pois necessitam de estratégias, metodologias e recursos diferenciados para obterem o sucesso na sua escolarização. A construção do conhecimento não é apenas formal e retórica. O conteúdo aplicado, através de uma metodologia adequada deve estar amparado no currículo escolar, que diretamente vinculado e organizado para subsidiar as ações docentes. Sendo assim, segundo Carvalho e Correia citado por Zamproni,

[...] Carvalho (2006) afirma que a acessibilidade curricular compreende uma das possibilidades de participação do aluno com deficiência intelectual nas atividades pedagógicas e apropriação dos conhecimentos e saberes escolares. Para Correia (2008), o ambiente da escola regular deve ser modificado para das respostas educacionais aos alunos que necessitem. Os ajustes e modificações deverão sempre partir do currículo comum da escola e das especificidades do aluno. (ZAMPRONI, 2009, p. 2)

É bom salientar que as diversas condições nas quais está envolvido o processo educativo pode ajudar, pois, sua falta ou presença incompleta podem limitar o sucesso, *visto que “a aprendizagem tal como uma cirurgia de risco pode ocorrer em qualquer ambiente, mas a possibilidade de sucesso depende não somente da capacidade de quem promove, mas das circunstâncias ambientais.”* (ANTUNES, 2002, p. 25).

Neste sentido, Gomes destaca,

[...] a inclusão de crianças com deficiência revela que não basta apenas a inclusão física dessas crianças na escola. Há também a necessidade de uma mudança de lógica, da postura pedagógica, da organização da escola (seus tempos e espaços) e do currículo escolar para que a educação inclusiva cumpra o seu objetivo educativo. É preciso também compreender os dilemas e conflitos entre as perspectivas clínicas e pedagógicas que acompanham a história da Educação Especial. E mais: compreender as

discussões e práticas em torno dessa diferença como mais um desafio na garantia do direito à educação [...] (GOMES, 2007, p. 35)

Desta forma a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser consciente, com posturas pedagógicas, com organizações físicas e curriculares, que possam realmente atender e respeitar o aluno incluído.

Ivic (2010) cita Vygotsky, onde salienta que *“a educação não se resume à aquisição de um conjunto de informações; [...] ela é uma das fontes de desenvolvimento e o papel essencial da educação é proporcionar instrumentos, técnicas interiores e as operações intelectuais”*, dentro de uma concepção sociocultural de desenvolvimento. (IVIC, 2010, p. 30 - 31).

A prática pedagógica que atuar de forma prevalecendo a deficiência como dificuldade, não alcançará bons resultados. Mas se ao contrário, ofertar possibilidades ao aluno com necessidade educacional especial, através do processo de interação, adaptação, flexibilização e construção do conhecimento, proporcionará que o aluno aprenda e desenvolva. Através da interação com os demais e também com as adaptações necessárias, o aluno poderá formular conceitos e a partir desta relação direta estabelecerá a realidade concreta, aos poucos irá construindo a aprendizagem, através das generalizações entre o concreto – abstrato para se chegar ao mais complexo. Como Vygotsky citado por Cavalcanti (2006) afirma,

Vygotsky (1987:50) afirma que: *“A formação de conceitos é o resultado de uma atividade complexa em que todas as funções intelectuais básicas tomam parte. No entanto, o processo não pode ser reduzido à atenção, à associação, à formação de imagens, à inferência, ou às tendências determinantes. Todas são indispensáveis, porém insuficientes sem o uso do signo, ou palavra, como meio pelo qual conduzimos as nossas operações mentais, controlamos seu curso e as canalizamos em direção à solução do problema que enfrentamos”*. (CAVALCANTI, 2006, P. 159).

Para Vygotsky (1987) todo aprendizado, deve ser mediado e o ensino deve se antecipar ao que o aluno ainda não sabe e nem é capaz de aprender sozinho, pois na relação entre aprender e desenvolver, a aprendizagem, conceitualmente caracterizada em Vygotsky como zona de desenvolvimento proximal (distância entre o nível de desenvolvimento real com o potencial de aprender), é demonstrada através da capacidade de desenvolver uma competência com a ajuda do mediador (professor).

Os professores, a direção e a coordenação necessitam estar atualizados para reformular, dialogar e implantar mudanças no processo pedagógico, carecendo de conhecimento a fim de proporcionar aos alunos uma excelente educação e juntamente com a comunidade escolar traçar a metodologia adequada com a necessária flexibilidade para atender às condições dos alunos, isto é “[...] o professor deve ser capaz de preparar e coordenar as atividades de sala de aula, imprimindo às mesmas uma dinâmica mais compatível com a realidade social e menos enfadonha para os alunos.” (NOGUEIRA, 2004, p. 58)

Portanto, o envolvimento de toda a equipe escolar se faz necessário, haja vista que o trabalho docente não ocorre isoladamente, mas com o diálogo constante entre as diferentes instâncias instituídas no meio escolar, ou seja, a direção da escola, a coordenação pedagógica, funcionários, a comunidade escolar, famílias e as secretarias de ensino. As adaptações são necessárias para que se possam efetivar na prática processos de aquisição do conhecimento de forma digna e com qualidade, isto em relação aos conteúdos acadêmicos disponibilizados para o aluno com necessidades educacionais especiais. Neste sentido o Caderno Saberes e Práticas da Inclusão salienta,

Para que alunos com necessidades educacionais especiais possam participar integralmente em um ambiente rico de oportunidades educacionais com resultados favoráveis, alguns aspectos precisam ser considerados, destacando-se entre eles:

- a preparação e a dedicação da equipe educacional e dos professores;
- o apoio adequado e recursos especializados, quando forem necessários;
- as adequações curriculares e de acesso ao currículo. (MEC, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2006, p.61)

Deste modo, a adaptação curricular é um processo muito importante para o aluno incluso tenha seu direito de aprender com excelência de conteúdo garantido, tendo assim acesso ao desenvolvimento e a aprendizagem.

As adaptações curriculares são estratégias para promover maior eficácia educativa, a fim de contribuir, de forma mais coerente, com o sistema de inclusão e com o atual estado dos sistemas educacionais, que são, ainda insuficientes para atender os alunos das escolas regulares, especialmente os portadores de necessidades especiais. As adaptações curriculares se caracterizam pela procura de uma maior flexibilidade e dinamismo do projeto político pedagógico de cada instituição escolar e da formação de cada educador. (ROSA, 2003, p. 91)

A adaptação curricular deve ser um elemento dinâmico da educação para todos os alunos com necessidades educacionais especiais e a sua viabilização deve

propiciar o progresso de acordo com as possibilidades e diferenças. Deve ser gradativa conforme a necessidade como, enfatiza Rosa,

As adaptações são procedimentos que se gradam conforme a necessidade no currículo e têm como objetivo a resposta educativa individual do aluno, isto é sem se perder a visão do cenário sociocultural onde a escola e o aluno se encontram. Elas devem ser periódicas, no sentido de cumprir etapas do processo e que não são para sempre e para todos que necessitam de adaptação, pois a necessidade surgida, hoje, pode não ser a de amanhã. (ROSA, 2003, p. 91-92).

Assim adotar a prática curricular através da adaptação e flexibilização é avançar em perspectiva de valorização e respeito da diversidade, desenvolvendo desta forma uma ação coerente com a demanda de alunos incluídos no sistema regular de ensino, onde o sucesso na eficácia da inclusão escolar atua frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual e conseqüentemente desenvolverá uma relação harmônica entre as necessidades e a programação curricular.

## 2. METODOLOGIA, APRESENTAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

O foco para se coletar os aspectos empíricos foi realizado através de entrevistas com professoras e alunos do 4º e 5º Ano, inseridos no Ensino Regular. Todos serão identificados pelas iniciais dos nomes. Sendo eles,

Nº	Identificação	Idade	Sexo	Ano	Diagnóstico	Obs.
01	VR	11	M	4º	Deficiência Intelectual, física neuromotora e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade.	Oriundo do Ensino Especial – APAE. Atualmente frequenta a sala de Recursos Multifuncional-Tipo I.
02	GL	12	M	4º	Deficiência Intelectual e Transtorno de Déficit de	Oriundo da sala Especial, atualmente frequenta a Sala de Recursos

					Atenção e Hiperatividade.	Multifuncional–Tipo I.
03	EN	16	F	5º	Deficiência Intelectual	Oriunda sala especial. Atualmente frequenta a sala de Recursos, no contra turno.
04	BF	14	F	5º	Deficiência Intelectual	Oriunda da sala Especial. Frequenta a Sala de Recursos Multifuncional–Tipo I.
05	JV	13	M	5º	Deficiência Intelectual	Oriundo da sala Especial, frequenta a Sala de Recursos Multifuncional– Tipo I

Fonte: Secretaria Municipal de Educação - 2014

É bom destacar também nesta apresentação dos dados as professoras que trabalham nas respectivas salas. Ambas são graduadas, uma em História e a outra em Pedagogia e também são especializadas em Educação Especial.

Assim o presente trabalho foi desenvolvido diante das principais contribuições teóricas existentes, com intuito de analisar e avaliar como cada contribuição poderá auxiliar a compreender e subsidiar o objeto de estudo, para que se possa construir qual adaptação e flexibilização necessária ao aluno com Deficiente Intelectual. E a finalidade deste estudo é para que realmente aconteçam mudanças metodológicas a fim de haver reflexões dos professores, direção, pais, alunos e comunidade, levando em conta as diferenças, os espaços e a demanda.

## 2.1 – Coleta de dados

Foram realizadas entrevistas com as professoras e alunos a fim de se obter informações a respeito das adaptações e flexibilizações propiciadas os alunos com necessidades educacionais especiais - deficiência intelectual. Estas entrevistas tiveram o intuito de investigar e coletar dados de como esta sendo a prática

pedagógica referente a necessidade do aluno incluso. Ela foi feita através de perguntas e, durante as entrevistas, foram anotadas as respostas.

Através das entrevistas foi possível analisar como é o conhecimento e a prática pedagógica do professor para com o aluno com necessidade educacional especial.

Após estas coletas foi feita a análise de conteúdo<sup>5</sup> dos dados coletados que tenderá evidenciar as relações existentes entre o que foi estudado e como é desenvolvida a prática pedagógica em relação a adaptação e flexibilização para com os alunos com deficiência intelectual.

## 2.2 Análise dos dados

A análise partiu das relações existentes entre adaptação curricular e prática pedagógica, para tanto, criou-se juntamente com a entrevista, três categorias, **formação docente, ambiente escolar e flexibilização curricular**, com o objetivo de analisar as falas decorrentes dos entrevistados de forma interpretativa e crítica, onde se possa confrontar com as teorias existentes sobre a importância de ter a flexibilização e adaptação curricular.

Estas categorias foram estabelecidas conforme algumas observações feitas antes da entrevista e desta forma nortearam as questões construídas para a coleta de dados. No intuito de analisar a entrevista verificando algumas hipóteses que norteiam a prática inclusiva educacional.

### 2.2.1 Formação Docente

---

<sup>5</sup> Análise de Conteúdos – atualmente é empregada para análise de material qualitativo obtido através de entrevistas de pesquisa e tem a finalidade de verificar hipóteses ou de descobrir o que está por trás de cada conteúdo, de acordo com BARDIN, a análise enquanto método, torna-se um conjunto de técnicas que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo. (BARDIN, 2009)

Para se analisar este item a questão de partida foi instituída em relação às quais são os desafios para que seja implementada a adaptação curricular aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Necessita de **profissionais preparados; respeitar o número de alunos** na sala (estabelecido em lei); o **professor de apoio** (PAE); ter jogo de cintura para trabalhar com os alunos com necessidades educativas especiais e com os que não necessitam de forma que nenhum dos dois grupos saia prejudicados. (PROFESSORA DO 4º ANO, ENTREVISTA em 05/04/2014)

Acreditar no aluno e que a **adaptação** esta para ajudar e que basta usar. (PROFESSORA DO 5º ANO, ENTREVISTA em 05/04/2014)

Para complementar a questão de partida foi direcionada a problemática dos recursos humanos e materiais na educação inclusiva, assim, que tipo de apoio, recurso ou mudança é necessário para que a escola possa atender os alunos com necessidades educacionais especiais e estes sejam efetivamente incluídos, onde possam realmente ter uma aprendizagem de qualidade.

É necessário ter **espaço físico adequado; adaptação curricular**, número reduzido de alunos da sala de aula; **avaliação adaptada, apoio pedagógico especializado; socialização do aluno**. (PROFESSORA DO 4º ANO, ENTREVISTA em 05/04/2014)

**Professor de apoio, porque o número reduzido em sala de aula não resolve**. (PROFESSORA DO 5º ANO, ENTREVISTA em 05/04/2014)

Neste item observa-se que as professoras sabem da existência da adaptação curricular e que deve ser conforme a necessidade da sala, isto pode ser identificado nas falas que revelam as questões de recursos humanos e materiais, ou seja, revela o que vivenciam sobre o tema de acordo com o discurso abordado de maneira formal. E acrescentam que é importante adaptar o conteúdo, utilizar estratégias diferentes para facilitar o aprendizado e respeitar o ritmo do aluno. É uma forma de o aluno poder aprender. Expõem também da importância de ter profissionais preparados para trabalhar com o aluno com necessidade educativa especial, que se deve respeitar o número de alunos estabelecido por lei, ter espaço físico adequado, avaliações adaptadas e também ter apoio pedagógico.

Nesta categoria, **formação docente**, observa-se que as professoras conhecem as leis vigentes como a Deliberação 02/03,

Art. 11 Para assegurar o atendimento educacional especializado os estabelecimentos de ensino deverão prever e prover:

- I. acessibilidade nas edificações, com a eliminação de barreiras arquitetônicas nas instalações, no mobiliário e nos equipamentos, conforme normas técnicas vigentes;
- II. professores e equipe técnico-pedagógica habilitados ou especializados;
- III. apoio docente especializado, conforme a oferta regimentada;
- IV. redução de número de alunos por turma, com critérios definidos pela mantenedora, quando estiverem nela incluídos alunos com necessidades educacionais especiais significativas os quais necessitam de apoios e serviços intensos e contínuos;
- V. atendimento educacional especializado complementar e suplementar;
- VI. flexibilização e adaptação curricular, em consonância com a proposta pedagógica da escola. [...] (CONSELHO NACIONAL DA EDUCAÇÃO, 2003, p. 02)

Desta forma as professoras participantes da pesquisa estão cientes da necessidade da adaptação e a flexibilização curricular, conforme são assegurados no Art. 11 da Deliberação 02/03. Porém mesmo apontando alguns princípios da flexibilização e adaptação, observa-se que enfatizam que isto é função da escola e nenhum momento parte da vivência da sala de aula, de qual adaptação é realmente necessária para seu aluno. Citam tudo em forma geral e não se colocam no processo e qual seria a real necessidade para atingir o fim que é a qualidade da educação para o aluno com necessidades educacionais especiais.

### 2.2.2 Ambiente Escolar

Nesta categoria, foi questionado sobre o que é necessário para que o aluno com deficiência intelectual seja incluso, se há alguma orientação para realizar adaptações, isto é, o que é necessário para o aluno com necessidade educacional especial seja incluso no âmbito escolar.

Ter a **possibilidade de acompanhar os conteúdos da série**; a **aceitação** do professor trabalhar com este alunado; acompanhamento da família. (PROFESSORA DO 4º ANO, ENTREVISTA em 05/04/2014)

É necessário que tenha um professor que **acompanhe** eles na sala de aula. (PROFESSORA DO 5º ANO, ENTREVISTA em 05/04/2014)

As professoras salientam a necessidade de ter um professor que **acompanhe** os alunos na sala de aula do ensino regular e assim eles poderão acompanhar os

conteúdos da série. Também enfatizam que o professor também deve **aceitar** este aluno e que a família deve **acompanhar** a aprendizagem.

Foi abordada a questão em relação se as professoras recebem algum tipo de orientação para realizar a adaptação curricular e qual profissional as orienta.

Sim, da **equipe pedagógica** da escola. (PROFESSORA DO 4º ANO, ENTREVISTA em 05/04/2014)

Sim, da **coordenadora da Educação Especial**. (PROFESSORA DO 5º ANO, ENTREVISTA em 05/04/2014)

Estas afirmações estão de acordo com o Art. 28 da Deliberação 02/03 que destaca: “*O estabelecimento de ensino que atende alunos com necessidades educacionais especiais deverá integrar na sua equipe técnico - pedagógico no mínimo um profissional habilitado ou especializado na modalidade da educação especial*” (Conselho Estadual de Educação, 2003, p. 06)

Observa-se que o ambiente escolar cumpre a determinação de acordo com a Deliberação 02/03, pois tanto a coordenadora pedagógica e a coordenadora da Educação Especial possuem o curso de Especialização em Educação Especial.

Durante a entrevista realizada com os alunos, quando perguntado se frequentam a sala de recursos multifuncional e se conseguem utilizar o que foi ensinado na sala de aula do Ensino Regular. Responderam que aproveitam a maioria das vezes o que aprenderam e utilizam o conhecimento na sala de aula, como pode ser averiguado nas seguintes falas,

Sim. (ALUNOS VR, GL, DO 4º ANO – ENTREVISTA em 09/05/2014)

Sim. (ALUNOS EN e BF DO 5º ANO – ENTREVISTA em 10/05/2014)

Sim. Mas às vezes eu esqueço. (JV, ALUNO DO 5º ANO - ENTREVISTA em 10/05/2014)

Observa-se nesta categoria que a escola busca incluir o aluno de acordo com a legislação, oferecendo na modalidade da educação especial a Sala de Recursos Multifuncional<sup>6</sup> – Tipo I.

---

<sup>6</sup> Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, na Educação Básica é um atendimento educacional especializado, de natureza pedagógica que complementa a escolarização de alunos que apresentam deficiência Intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, matriculados na Rede Pública de Ensino. INSTRUÇÃO Nº 016/2011 – SEED/SUED

Conclui-se também que existe interação entre o profissional especializado da sala de recursos e a professora regente da sala de aula do Ensino Regular, onde se prioriza a real necessidade do aluno na construção da aprendizagem, como é abordado na Instrução nº 16/ 2011, que normatiza a Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, na qual destaca as atribuições do professor em seu inciso “H”: *“Realizar um trabalho colaborativo com os docentes das disciplinas no desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas”*. (SEED/SUED, 2011, 09)

Neste questionamento foi possível identificar que o ambiente escolar busca incluir e proporcionar ao aluno uma complementação curricular a fim que o mesmo possa ter êxito em sua aprendizagem.

### 2.2.3 Flexibilização Curricular

Sobre a flexibilização curricular, foi questionado às professoras em questão se realizam adaptação curricular e como veem a inclusão na escola.

Sim para dois alunos. Faço resumo do conteúdo, prova adaptada; abertura para terminar as atividades em casa (**tempo maior**), **material concreto** sempre que possível, estratégia diferenciada (processo da divisão – longo). (PROFESSORA DO 4º ANO, ENTREVISTA em 05/04/2014)

São três alunos. Eles acompanham o conteúdo. E o **conteúdo é flexível**. (PROFESSORA DO 5º ANO, ENTREVISTA 05/04/2014)

Desta forma vemos que as realidades são diferentes, pois a professora do 4º Ano tem uma visão que busca proporcionar uma adaptação fragmentada, conforme a necessidade do aluno, enquanto a do 5º Ano afirma que os alunos não necessitam de adaptação, pois acompanham o conteúdo, que é flexível. Isso que nos faz refletir que a adaptação curricular ocorre de forma contextual, onde prioriza o conhecimento cultural, prévio, como afirma Vigotsky: *“Por isso, o professor desempenha um papel ativo no processo de educação: modelar, cortar, dividir e entalhar os elementos do meio para que estes realizem o objetivo buscado.”* (VYGOTSKY, 2003, p. 79)

---

Ao mesmo tempo quando são questionadas sobre a importância da adaptação curricular ao aluno com necessidade educacional especial, são categóricas em afirmar que necessitam e que é muito importante.

Sim. (PROFESSORA DO 4º ANO, ENTREVISTA em 05/04/2014).

Lógico. (PROFESSORA DO 5º ANO, ENTREVISTA em 05/04/2014)

Após foi colocada a seguinte questão, como é vista a inclusão na escola onde atua?

Existe. O coordenador precisava ter mais horas de trabalho; necessita do **espaço físico ser melhorado** (piso, corrimão, banheiro adaptado) (PROFESSORA DO 4º ANO, ENTREVISTA em 05/04/2014)

Ótima, **não há discriminação** na escola. (PROFESSORA DO 5º ANO, ENTREVISTA em 05/04/2014)

Percebe-se nestas afirmações que a inclusão ainda é vista de maneira vaga, sem muito aprofundamento ao tema. E inclusão não é apenas interagir com o aluno ou ter apenas um ambiente físico favorável, abrange muitas questões que necessitam ser vistas,

[...] a inclusão de crianças com deficiência revela que não basta apenas a inclusão física dessas crianças na escola. Há também a necessidade de uma mudança de lógica, da postura pedagógica, da organização da escola (seus tempos e espaços) e do currículo escolar para que a educação inclusiva cumpra o seu objetivo educativo. É preciso também compreender os dilemas e conflitos entre as perspectivas clínicas e pedagógicas que acompanham a história da Educação Especial. E mais: compreender as discussões e práticas em torno dessa diferença como mais um desafio na garantia do direito à educação [...] (GOMES, 2007, p. 35)

É necessário ainda fazer um estudo onde possa enfatizar as reais questões que o ato de incluir o aluno com necessidade educacional especial prioriza.

Deste modo, para os alunos foi perguntado se eles entendem o que está sendo ensinado pela professora, se as atividades e avaliações são iguais, se é utilizado algum material para aprender e de que forma eles aprendem melhor. Os alunos responderam,

Somente quando um aluno faz bagunça, eu não consigo entender. (ALUNO - GL DO 4º ANO – ENTREVISTA 09/05/2014)

Faço mesma atividade e uso a tabuada. (ALUNO - VR DO 4º ANO – ENTREVISTA 09/05/2014)

Sim entendemos o que está sendo ensinado pela professora. As atividades são iguais e que quando necessitamos de tabuada temos que fazer. (ALUNOS DO 5º ANO JV, BF e EN – ENTREVISTA 10/05/2014)

Observa-se que os alunos são tratados iguais aos demais e que não sentem dificuldades nas explicações e nem nas execuções das atividades.

Desta forma é bom destacar que as adequações são necessárias para os alunos com deficiência intelectual, como exposto em Saberes e Práticas da Inclusão – Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades, que aborda as adequações relativas ao currículo da classe,

-[...] a seleção, a adequação e a utilização dos recursos materiais, equipamentos e mobiliários realizam-s de modo que favoreça a aprendizagem de todos os alunos;

- a organização do tempo é feita considerando os serviços de apoio ao aluno e o respeito ao ritmo próprio de aprendizagem e desempenho de cada um;
- a avaliação é flexível de modo que considere a diversificação de critérios, de instrumentos, procedimentos e leve em conta diferentes situações de ensino e aprendizagem e condições individuais dos alunos;
- as metodologias, as atividades e procedimentos de ensino são organizados e realizados levando-se em conta o nível de compreensão e a motivação dos alunos; os sistemas de comunicação que utilizam, favorecendo a experiência, a participação e o estímulo à expressão;
- o planejamento é organizado de modo que contenha atividades amplas com diferentes níveis de dificuldades e de realização;
- as atividades são realizadas de várias formas, com diferentes tipos de execução, envolvendo situações individuais e grupais, cooperativamente, favorecendo comportamentos de ajuda mútua.[...] (SABERES E PRÁTICAS DA INCLUSÃO – ANEXO - ESTRATÉGIAS, 2003, p. 42)

Assim, sabendo da necessidade educacional e das leis vigentes é feito muito pouco para adequar recursos, materiais, equipamentos, ter uma avaliação flexível e usar um planejamento diferenciado, onde se possa respeitar o ritmo e a singularidade dos alunos.

Nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) destaca-se o que a escola deve prever para a organização das classes comuns:

4.1 – Na organização das classes comuns, faz-se necessário prever: [...]b) distribuição dos alunos com necessidades educacionais especiais pelas

várias classes do ano escolar em que forem classificados, de modo que essas classes comuns se beneficiem das diferenças e ampliem positivamente as experiências de todos os alunos, dentro do princípio de educar para a diversidade; c) flexibilizações e adaptações curriculares, que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória; (MEC; SEESP, 2001, p. 47).

Devido a ênfase sobre a organização das classes, onde o destaque é a flexibilização e adaptação curriculares, a escola deve respeitar a diversidade como ponto fundamental para que estes alunos possam realmente ter uma educação de qualidade.

Após analisar as três categorias: **Formação docente**, **Ambiente Escolar** e **Flexibilização curricular** observa-se que é feito pouco, pois o que garante a aprendizagem destes alunos é o intercâmbio entre os profissionais que atuam na sala de recursos e os que atuam em sala de aula, além de uma estrutura curricular e física direcionada as demandas deste alunado, que necessita da adaptação curricular, flexibilização e principalmente de um olhar diferenciado onde possa valorizar, respeitar e oferecer meios que realmente façam a inclusão de forma responsável na qual viabilize a construção real da aprendizagem.

E a sala de Recursos Multifuncional, tem como objetivo “*apoiar o sistema de ensino, com vistas a complementar a escolarização de alunos com deficiência Intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, matriculados na Rede Pública de Ensino*”. (INSTRUÇÃO N° 016/2011 – SEED/SUED)

Desta forma o trabalho pedagógico realizado nas salas de recursos é uma das maneiras que podem contribuir para o sucesso da aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais – deficiência intelectual, pois consegue alcançar o êxito e promoção na escolarização.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É através do currículo que se define a educação de qualidade e acontece a real aprendizagem do aluno. Ao romper com o esquema tradicional, onde todos os alunos são homogêneos, e perceber a diversidade na sala de aula, temos que

respeitar e proporcionar uma educação de acordo com as singularidades, pois isto reflete o respeito com aquele aluno que necessita de uma adaptação curricular.

Ao pensarmos em adaptação curricular é pensarmos em utilizar estratégias metodológicas diversificadas de acordo com princípios pedagógicos, de usar estratégias cooperativas, na questão de desenvolver a autoestima do aluno com deficiência intelectual e também na questão da interação. Utilizar ainda diferentes recursos visuais, táteis, auditivos, propor diversos procedimentos avaliativos para que o aluno responda ao que está sendo solicitado, onde possa demonstrar sua real aprendizagem. Outro fator importante é respeitar o ritmo do aluno, isto é, fazer pequenas adaptações que possam favorecer a aprendizagem dos mesmos.

Desta forma as adaptações curriculares constituem um processo de tomada de decisões, onde os envolvidos devem estar atentos para a real necessidade deste aluno e assim propor as adaptações e flexibilizações necessárias. Diante do estudo, observa-se que ainda é necessária mais eficácia no processo da adaptação curricular, pois os alunos com necessidades educacionais especiais, principalmente os com deficiência intelectual, têm dificuldades para aprender, pois possuem justamente a ausência total ou parcial do pensamento estratégico que conseqüentemente caracteriza a capacidade de “aprender a aprender”. De acordo com uma abordagem Vigotskyana deve-se priorizar as potencialidades e possibilidades de desenvolvimento do aluno, considerando as relações sociais por ele vividas de forma em que possa vir aprender e saber. Assim o professor deve propor situações de aprendizagem que estimulem a atividade intelectual através de adaptações e flexibilizações que desenvolva as áreas cognitivas, psicomotoras, afetivas e sociais.

Quando é organizado o processo de aprendizagem que reconhece os educandos com o direito à formação plena e vendo-os como sujeitos cognitivos, éticos, estéticos, sociais, culturais... É que haverá êxito na aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

ANTUNES, Celso. **Vygotsky, quem diria?!: em minha sala de aula**: fascículo 12/Celso Antunes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96** de 20/12/96. Diário Oficial da União, Brasília (DF), n. 248, 23/dez/96

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**/Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.

\_\_\_\_\_. **Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas**. [2.ed]. Coordenação geral SEESP/MEC. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

\_\_\_\_\_. **Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais**/ coordenação geral: SEESP/MEC; organização: Maria Salete Fábio Aranha - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2003.

CAVALCANTI, L.de S. **Geografia, Escola e Construção do conhecimento**. 10<sup>o</sup> Edição. Papyrus Editora, 2006.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús (org.). **Desenvolvimento psicológico e educação**. 2. Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2004.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Normas para a Educação Especial, modalidade da Educação Básica para alunos com necessidades educacionais especiais, no Sistema de Ensino do Estado do Paraná. DELIBERAÇÃO N.º 02/03. PROCESSO N.º 730/03. APROVADA EM 02/06/03.**

FERNANDES, Cláudia de Oliveira. **Indagações sobre currículo e avaliação**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

GONZÁLES ARROYO, Miguel. **Indagações sobre currículo: educandos e educadores: seus direitos e o currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

IVIC, Ivan. **Lev Semionovich Vygotsky**. Coleção Educadores. MEC. Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana/FNDE, 2010.

LIMA, Elvira Souza. **Indagações sobre currículo: currículo e desenvolvimento humano**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa, SILVA, Tomaz Tadeu da (orgs). **Currículo, cultura e sociedade**; São Paulo, Cortez, 2005.

NOGUEIRA. Mário Lúcio de Lima. **Legislação e políticas públicas em educação inclusiva**. – Curitiba: IESDE, 2004

PAULON, Simone Mainieri. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

ROSA, Suely Pereira da Silva. **Fundamentos teóricos e metodológicos da inclusão**. – Curitiba: IESDE, 2003.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3 ed. – Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SEED. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a construção de currículos inclusivos**. Curitiba: SEED, 2006.

\_\_\_\_\_. **Instrução nº 16/2011**. Superintendência da Educação do Estado do Paraná.  
SOUZA, F., C.. **Escrevendo e normalizando trabalhos acadêmicos**. Um guia metodológico. / 2 ed. Florianópolis. Editora da UFSC, 2001.

VYGOTSKY, L. **Psicologia pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

ZAMPRONI, Eliete C. Berti. **Atendimento pedagógico do aluno com deficiência intelectual na classe comum**. Caderno Pedagógico. PDE. 2009